RELATO DE CASO

Adolescência na contemporaneidade: uma travessia solitária?

Adolescence in the contemporary world: a lonely journey?

Maira Cristina Soares Freitas[1], Rejane Reis[1], Cristiane de Freitas Cunha[1]

[1] Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Medicina – FM, Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência. Belo Horizonte, MG – Brasil.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre adolescência na contemporaneidade, a partir do seu modo de viver, especialmente referente às *condutas de risco*. A metodologia utilizada consistiu-se na abordagem do conceito de adolescência e apresentação de um fragmento de caso apresentado na supervisão do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto da Secretaria Adjunta de Assistência Social/Prefeitura de Belo Horizonte que será analisado a partir da metodologia da construção do caso clínico. Este artigo busca, a partir de um fragmento de um caso, problematizar a adolescência e contemporaneidade e seu modo de se colocar em risco, bem como localizar os fatores sociais, culturais e institucionais que marcam essa travessia.

Palavras-chave: Adolescência; Contemporaneidade; Condutas de risco.

ABSTRACT

This work aims to present some reflections on adolescence in the contemporary world, based on their ways of living, especially referring to their risk behaviors. The methodology used consisted on the approach of the concept of adolescence and presentation of a case study presented in the Supervision of the Social Protection Service to adolescents in compliance with Socio-Educational measure in the open environment of the Deputy Secretary of Social Assistance/City Hall of Belo Horizonte, which will be analyzed from the methodology of the construction of a clinical case. This article aims from a case study to problematize adolescence in its contemporaneity, and its way of putting itself at risk, as well as locating the social, cultural and institutional factors that mark this journey.

Key words: *Adolescence; Contemporaneity; Risk Behaviors.*

INTRODUÇÃO

"[…] olha pra nóis e fala o que vê
Não substime o que eu refleti pra você
Tento explicar o que queres saber
Sem decifrar o por quê".

Racionais MC'S.

Instituição:
Faculdade de Medicina da UFMG
Belo Horizonte, MG – Brasil

Autor correspondente:
Maira Cristina Soares Freitas
E-mail: mairafreitas@yahoo.com.br

A adolescência não é um acontecimento, mas antes uma questão que atravessa o tempo e o espaço das sociedades humanas.[1] O termo adolescência vem do latim *adolescens,* que significa crescer. As definições são múltiplas de acordo com as épocas e as sociedades, assim como os critérios de acesso à maturidade social. Trata-se

de uma construção social que nasceu no século XIX, no momento da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem. A adolescência não é evidente; ela nasceu discretamente nas nossas sociedades, nos meios burgueses a partir de uma mudança de afetividade no seio das famílias no decorrer do século XVIII. A experiência e as concepções acerca da adolescência são constitutivamente sociais e históricas.[2]

Miller, em seu texto "Em direção à adolescência", também adverte sobre as várias perspectivas sobre a adolescência e indica a dimensão da adolescência como construção "o que se pode dizer, de uma maneira geral, é que a adolescência é uma construção. E dizer hoje de um conceito, que ele é uma construção, comporta sempre a convicção-segundo o espírito da época – de que tudo é construção, tudo é artifício significante".[3]

Um campo do saber que contribui para compreender a adolescência é a psicanálise. Sigmund Freud, em seu texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, afirma que, com a chegada da puberdade, introduzem-se mudanças que levam a vida sexual infantil a uma nova configuração. O púbere precisa aprender uma nova forma de lidar com a própria sexualidade, pois o corpo, com essas transformações, já está configurado para o encontro com o outro sexo.[4]

A puberdade é um real que irrompe e que ultrapassa a dimensão simbólica e imaginária do sujeito. Stevens, em *Adolescência, sintoma da puberdade*,[5] trabalha a adolescência como o encontro com o impossível e como respostas sintomáticas diante desse real da puberdade. Stevens sugere algumas séries de respostas sintomáticas, tais como violência, bulimia, anorexia e toxicomania, estas cada vez mais presentes nos dias atuais.

Alguns estudos antropológicos demonstram que a adolescência é uma experiência marcada em algumas sociedades por rituais. Os ritos eram mecanismos na cultura que, diante dos desafios do corpo e da sociedade, amparavam o jovem e permitiam uma "passagem coletiva". Nas culturas contemporâneas há ausência simbólica de referência de passagem, na medida em que o mundo adulto encontra-se liquefeito e, muitas vezes, inoperante nessa função de transmissão geracional.[6] Essa simbolização da passagem fica a encargo dos próprios jovens e é nesse momento que as condutas de risco ganham valor essencial na forma de um rito ou de um simulacro de rito. Le Breton fala dos atos de passagem, por meio dos quais os jovens buscam achar um sentido que justifique suas vidas.[1]

As condutas de risco têm demarcado a experiência adolescente em nossa cultura quase como um rito privado de passagem. Assim, segundo Le Breton, a transição para a vida adulta representa um momento crítico em que essas condutas de risco tornam-se emblemáticas e fortemente adotadas. Diante da indeterminação social instaurada pela modernidade, não há mais ritos de passagem que possam simbolizar e legitimar a entrada na vida adulta. Por outro lado, é na busca desses limites que muitos jovens acabam por lançar-se em situações de risco nas quais a confrontação com a morte (de forma imaginária ou real) pode tornar-se elemento fundamental na afirmação do valor de sua existência.[1] Para esse autor, o termo *conduta de risco* "engloba uma série de comportamentos díspares que expressam, simbólica ou realmente, a existência do perigo".[7] Os adolescentes têm uma dimensão muito diferente da do adulto no que se refere ao sofrimento. "Eles estão frequentemente à flor da pele e suas reações são sem meias medidas e sem recuos".[7]

Atualmente, os adolescentes, diante da ausência de limites simbólicos que sirvam de orientação, buscam na experiência essencialmente corporal o sentimento de vida. Por isso, o risco, e mesmo o risco de morte – adquire importância nesse processo. O jovem trata e esfola seu corpo, cuida dele e o maltrata, ama-o e odeia-o com intensidade variável, ligada à sua história pessoal e à capacidade de seu entorno em lhe oferecer os limites necessários para refrear o gozo. Quando os limites não comparecem, o jovem os busca na superfície desse corpo.[8]

Vencer a morte solicitada por meio de práticas de risco pode significar que a existência individual tem valor. Portanto, uma forma de atestar o valor da vida.[1]

Colocar-se em risco é próprio dessa fase da vida. Entretanto, é fundamental pensar a diferença desse risco e da adolescência dentro das especificidades históricas, socioeconômicas, políticas e culturais, principalmente quando se considera a formação social brasileira, marcada pela divisão de classes e por uma complexa rede de organização social.[9] Os fatores sociais e culturais atuantes conformam-se de maneiras particulares de acordo com a posição social ocupada por esses adolescentes, o que influencia diretamente a formação de suas trajetórias e, consequentemente, as situações de vulnerabilidade.

A história e trajetória de um adolescente, apresentadas a seguir, contribuem para a compreensão da adolescência, seu modo de vida e as respostas en-

contradas por estes e demonstra os fatores sociais, culturais e institucionais que marcam essa travessia.

METODOLOGIA E DISCUSSÃO

Neste artigo será apresentado um fragmento de caso apresentado na supervisão do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento a medidas socioeducativas em meio aberto,[1] na qual uma das autoras trabalha. O fragmento de caso recolhido da supervisão institucional será analisado a partir de uma metodologia orientada pela construção do caso clínico.

A noção, construção do caso clínico, discutida por Viganó a partir de Freud, surge do campo da saúde mental e indica a dimensão particular de cada caso. Viganó trabalha essa noção retomando a raiz etimológica das palavras: caso e clínico. Caso vem do latim *cadere*, cair para baixo, ir para fora de uma regulação simbólica; encontro direto com o real, com aquilo que não é dizível, portanto, impossível de ser suportado. A palavra clínica vem do grego *kline* e quer dizer leito. A clínica é ensinamento que se faz no leito, diante do corpo do paciente, com a presença do sujeito. É um ensino que não é teórico, mas que se dá a partir do particular; não é a partir do universal do saber, mas do particular do sujeito.[10]

A partir da leitura de Viganó, Aline Mendes destaca esse saber localizado no sujeito. A construção do caso clínico permite que, mesmo antes de se estabelecer qualquer diagnóstico clínico do sujeito, se possa escutar os movimentos do sujeito em seu endereçamento ao Outro, o que torna possível uma orientação a partir de um diagnóstico de discurso, no qual, ao se colocarmos numa posição de não saber, será possível encontrar o lugar onde o sujeito, em potencial, torna-se sujeito da palavra.[11]

É a partir desse método que se orienta a escutar os movimentos do sujeito e sua relação com a vida, que iremos apresentar esse fragmento de caso. Esse fragmento relata a história, trajetória e impasses vividos por um adolescente e, de certo modo, retratam a realidade de tantos outros adolescentes que encontram como resposta ao real da adolescência: as *condutas de risco* e a delinquência.

Guilherme tem 17 anos e é morador de um aglomerado da zona oeste da cidade de Belo Horizonte. Ele chega para o Serviço de Medidas Socioeducativas/ Prestação de Serviços à Comunidade por agressões e envolvimento com o tráfico. Sua mãe faleceu quando ele tinha dois anos e há quatro anos, perdeu seu pai. Um pai que, segundo o adolescente, era muito presente em sua vida. Segundo familiares, as mudanças de comportamento de Guilherme têm início nesse momento. Sua avó o nomeia assim: “ele é muito sozinho”. Essa avó é a sua única referência familiar, mas Guilherme já foi denunciado por agressão a ela. Uma avó muito fragilizada, que tenta cuidar do neto Guilherme e de dois filhos usuários de droga. A avó conta para a técnica do serviço que ele estava ameaçado, que andava com medo. Aos poucos Guilherme conta do seu envolvimento com o tráfico: “Estou na guerra”. Presenciar a morte de um amigo o fez se tornar um “X9” (delator) para os traficantes: “agora eles querem me pegar”.

Considera a morte do amigo como um “livramento: era para ter sido eu”. Passa a andar armado pela comunidade, mas diz não se sentir ameaçado e não quer proteção ofertada pelo Estado. Pede que não contem nada à sua avó. Fica nervoso e agressivo. Não sabe como sair do envolvimento com a criminalidade: “não quero ir pra igreja e não vou trabalhar. Tenho que sair do tráfico aos poucos”. Guilherme está fora da escola e não acessa outros equipamentos públicos.

Essa avó não é uma referência para esse adolescente que, na entrada da adolescência, encontra com a real morte do seu pai. Sem saber sair da criminalidade e sem alguém que lhe possa apresentar uma direção, Guilherme encontra o risco da morte.

Le Breton também trabalha as *condutas de risco* como tentativas de sair de uma impotência, de extrair o sofrimento, explicando que: arrastado pelo turbilhão, o jovem parece não mais dominar a situação, mas na verdade ele luta, procura aniquilar o sofrimento a partir de meios que, sem dúvida, não são os melhores aos olhos daqueles poupados pelas circunstâncias, que não compreendem, portanto, a lógica empregada. Essas condutas no fio da navalha são uma tentativa paradoxal de recuperar o controle, de decidir finalmente por si próprio qualquer que seja o preço.[7]

Analisando a partir da construção do caso clínico, pode-se perceber que Guilherme se coloca em risco e sem referências familiares e comunitárias, tenta sair dessa situação de modo muito solitário. Como já trabalhado, a ausência simbólica de uma referência nessa passagem para a vida adulta acaba por lançar os jovens em situações de risco, nas quais a confrontação com a morte pode tornar-se elemento fundamental na afirmação do valor de sua existência. Guilherme passa a existir, os seus atos e condutas de risco o levam a ser apreendido e a receber a aplica-

ção de uma medida socioeducativa. Paradoxalmente, é nesse momento, localizando-se como "fora da lei", que o adolescente tem a oportunidade de acessar serviços que deveriam estar garantidos desde sempre. No processo de responsabilização dos seus atos, ele é provocado a refletir e elaborar sobre sua posição de estar em conflito com a lei e suas *condutas de riscos*, com o propósito de construir outras saídas, inventando novas respostas para ser e existir.

Adolescência e o ECA: o começo de uma travessia

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 227, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que foram regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Desde a Constituição Federal de 1988, o Estado dispõe sobre a priorização dos direitos da criança e adolescência: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade, o direito à vida**, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Grifo nosso).[12]

Como prioridade absoluta, o ECA vem assegurar às crianças e adolescentes todas as oportunidades e facilidades que garantam o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.[13] Apesar do grande avanço na legislação, convive-se com um fosso de difícil transposição para boa parte dos adolescentes brasileiros que não têm acesso a esses direitos. O contexto social, econômico, político e cultural possibilita que os adolescentes se expressem de forma mais crítica e se sintam menos vulneráveis diante do mundo ao qual pertencem. As relações de raça, sexo, classe social, orientação sexual, entre gerações, vão incidir de forma diferenciada na adolescência.[2]

A capacidade dos adolescentes de enfrentar os desafios depende de um conjunto integrado de aspectos subjetivos, sociais e institucionais. Os comportamentos associados à maior vulnerabilidade não podem ser entendidos como uma decorrência imediata da vontade pessoal, que reforça a argumentação de responsabilidade individual de exposição a riscos.[14]

No plano institucional, torna-se necessária a existência de políticas e ações organizadas para dar suporte aos adolescentes, principalmente aqueles com mais vulnerabilidades sociais. A compreensão e o diálogo com múltiplos aspectos que modulam as crenças, os hábitos, os comportamentos e o estilo de vida dos adolescentes podem fortalecer os laços de proteção.[15]

No interior dos dispositivos jurídicos, assistenciais, da saúde e educação, um lugar de escuta pode se abrir, subvertendo uma lógica de querer o bem para o adolescente ao permitir que o desejo deste se torne menos opaco para ele mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que as respostas ou saídas da adolescência se dão de maneira singular para cada sujeito. É buscando a singularidade como sujeito que o adolescente pode trabalhar para elaborar sua determinação histórica, social e cultural e dela retirar suas consequências e efeitos.

Adolescência não é um conceito universal e histórico. Critérios de objetividade estatística ou análises da subjetividade isoladas tendem a reduzir a problemática da adolescência no mundo contemporâneo. Este artigo elucida um ponto de reflexão sobre a adolescência e condutas de risco na contemporaneidade, entretanto, ressalta-se a importância de aprofundamento de estudos e investigações neste tema.

REFERÊNCIAS

1. Le Breton D. Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver. Campinas, SP: Autores Associados; 2009.
2. Mayorga C. Identidades; adolescências: uma desconstrução. Pesq Prátic Psicossoc. 2006;1:1-20.
3. Miller JA. Em direção à adolescência. [citado em 2016 nov. 16]. Disponível em: http://minascomlacan.com.br/publicacoes/em-direcao-a-adolescencia
4. Freud S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago; 1996. p. 119-231.
5. Stevens A. Adolescência, sintoma da puberdade. Rev Curinga. 2004;20:20-4.
6. Cunha CF. A janela da escuta: relato de uma experiência clínica. Belo Horizonte: Scriptum; 2014.
7. Le Breton D. O risco deliberado: sobre o sofrimento dos adolescentes. In: Política e Trabalho: Rev Ciênc Sociais. 2012;37:33-44.

8. Lacadée P. O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; 2011. p.58
9. Minayo MCS. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. Cad Saúde Pública. 1990;6(3):278-92.
10. Viganó C. A construção do caso clínico em saúde mental. Rev Curinga. 1999;13.
11. Mendes AA. O efeito-equipe e a construção do caso clínico. Curitiba: CRV; 2015.
12. Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição Federal (1988). Brasília: Senado Federal; 1988. p. 292.
13. Congresso Nacional. Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília; 1990.
14. Lisboa MR, Lerner K. O perigo de ser adolescente: discursos e representações sobre cuidado e risco na promoção de saúde. Rev Eletrônica Comunic Inf Inov Saúde. 2013;6(4):20-3.
15. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília: MS; 2010.